



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.305, DE 14 DE SETEMBRO DE 2001

Dispõe sobre o uso de vias públicas, espaço aéreo e do subsolo para implantação e passagem de equipamentos urbanos destinados a prestação de serviços e infraestrutura por entidades de direito público e privado.

JAIR CAPODIFOGLIO, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO, usando das atribuições que a Lei confere, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município de Santa Cruz da Conceição autorizado, através do instituto da permissão, a título precário e oneroso, a permitir o uso das vias públicas, inclusive do espaço aéreo e do subsolo, para a implantação, instalação e passagem de equipamentos urbanos destinados à prestação de serviços de infra-estrutura por entidades de direito público ou privado, obedecidos as disposições desta Lei e demais atos regulamentadores.

Parágrafo Único – Para fins desta Lei, consideram-se equipamentos urbanos todas as instalações de infra-estrutura urbana tais como: abastecimento de água, serviço de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica, gás canalizado, oleoduto, televisão por cabo, e todos os outros de interesse público.

Artigo 2º - Os projetos de implantação, instalação e passagem de equipamentos urbanos nas vias públicas, inclusive espaço aéreo e subsolo e nas obras de arte de domínio municipal, dependerão de prévia aprovação do Engenheiro do Departamento de Viação e Obras, do Executivo Municipal, obedecido o Decreto regulamentador desta Lei.

Artigo 3º - A permissão será concedida mediante Decreto Municipal.

Parágrafo 1º - O Decreto de Permissão de Uso será emitido subsequentemente à aprovação do projeto e ao depósito de caução, mediante recolhimento do emolumentos correspondentes.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo 2º - O valor de caução corresponderá a 03 (três) contribuições pecuniárias mensais, cujo o valor será calculado com fórmula estabelecida no artigo 7º desta Lei.

Artigo 4º - Havendo desconformidade entre o posicionamento aprovado e a sua execução, a entidade responsável pela obra ou serviço ficará compelida a reorganizar, suportando os custos decorrentes, além de responder pelas perdas e danos que tenham causado ou venha causar ao Município, ou a terceiros, com a readaptação imposta, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Parágrafo Único - Na hipótese do interessado estar impedido de executar o projeto aprovado, por razões alheias à sua vontade, deverá comunicar tal fato ao Engenheiro do Departamento de Viação e Obras da Prefeitura Municipal, que procederá a análise do assunto, de forma a atender o interesse público.

Artigo 5º - Serão de responsabilidade exclusiva da entidade interessada quaisquer danos ou prejuízos causados, inclusive à terceiros, pela execução de obras ou serviços, mesmo que advindos de atos praticados involuntariamente.

Artigo 6º - O preço Público pela utilização das vias públicas, inclusive espaço aéreo e subsolo do Município de Santa Cruz da Conceição, a ser pago pelas entidade de direito público e privado, para a implantação, instalação e passagem de equipamentos urbanos para a prestação de serviços de infra-estrutura urbana será representada por contribuição pecuniária.

Parágrafo 1º - O valor mensal da prestação pecuniária será calculado com base na expressão estabelecida no Artigo 7º desta Lei e constará do Decreto de Permissão de Uso.

Parágrafo 2º - Incumbe ao requerente a apresentação dos documentos e elementos para subsidiar o seu enquadramento na classificação estabelecida no Artigo 7º desta Lei.

Parágrafo 3º - O órgão responsável pela aprovação do projeto poderá exigir, quando necessário, a apresentação de outros documentos, para fins do enquadramento de que trata o Artigo 7º desta Lei.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 7º - O valor mensal da prestação pecuniária pela utilização das vias públicas, espaço aéreo e subsolo do Município de Santa Cruz da Conceição, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

- $Vm = (a \times b \times t) \times L \times D \times R$

- Sendo: Vm = valor mensal

a = extensão da rede em metros

b = largura da faixa (largura mínima de 0,50 mts)

T = valor do terreno, conforme Mapa de Valores do Município de Santa Cruz da Conceição.

L = índice de locação = 3%

D = índice de depreciação (área de uso comum, conforme dispõe a Associação Brasileira de Normas Técnicas - (ABNT) = 50%

R = coeficiente de redutor

0 - 5 Km 1,00

5 - 15 Km 0,90

15 - 30 Km 0,80

30 - 50 Km 0,70

Parágrafo 1º - O valor "b" da fórmula constante no "caput" deste artigo, terá largura mínima para efeito de cálculo e de cobrança, de 0,50 cms, mesmo que a largura da faixa seja fisicamente menor.

Parágrafo 2º - A cobrança relativa a armários óticos, contêineres e outros, terá a retribuição pecuniária mensal cobrada, considerando-se o volume ocupado pelo equipamento instalado na área pública, na razão de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por metro cúbico.

Artigo 8º - O pagamento da prestação pecuniária será feito mensalmente, tendo como vencimento o 15º (décimo quinto) dia do mês.

Parágrafo Único - O pagamento da prestação pecuniária poderá ser feito em cota única, desde que obedecido o valor anual correspondente.

Artigo 9º - A desobediência injustificada às disposições constantes da presente Lei sujeitará o infrator à aplicação das seguintes penalidades:

1 - Advertência;

2 - Multa diária, e

3 - Suspensão da aprovação de novos projetos.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo 1º - A advertência será aplicada pelo Engenheiro responsável pelo Departamento de Viação e Obras da Prefeitura Municipal, em razão da inobservância das disposições desta Lei.

Parágrafo 2º - A multa diária será aplicada pelo Departamento de Viação e Obras da Prefeitura Municipal, sempre que as entidades de direito público ou privado não atenderem à notificação do órgão fiscalizador quanto à inobservância do projeto na execução das obras ou serviços, e será de 20% (vinte por cento) da prestação pecuniária mensal da entidade infratora.

Parágrafo 3º - A pena de suspensão da aprovação de novos projetos será aplicada pelo órgão responsável pela aprovação do projeto à entidade de direito público ou privado, sempre que injustificadamente, persistir a infração referida no parágrafo 2º, por um período superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo 4º - Da aplicação da multa prevista no parágrafo 2º e 3º caberá defesa ao Departamento de Viação e Obras no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo 5º - Do despacho que decidir sobre a defesa apresentada caberá recurso ao Sr. Prefeito Municipal.

Parágrafo 6º - Caberá ainda ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, após parecer do Diretor do Departamento de Viação e Obras, deliberar sobre a aplicação da sanção.

Artigo 10 - Serão considerados dispostos clandestinamente os equipamentos implantados em desconformidade com o estabelecido nesta Lei.

Parágrafo 1º - As entidades de direito público ou privado, estarão sujeitas à perda dos equipamentos implantados clandestinamente por decisão do Departamento de Viação e Obras ouvidos, previamente, os órgãos técnicos e Assessoria Jurídica do Governo Municipal assegurada a ampla defesa.

Parágrafo 2º - Em caso de impossibilidade de retirada do equipamento do local onde foi disposto clandestinamente, a prestação pecuniária mensal será cobrada em dobro, até a cessação da irregularidade.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição
ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo 3º - Para fins de cálculos em dobro será considerada da publicação da presente Lei ou da instalação do equipamento, se devidamente comprovada essa data.

Artigo 11- As entidades de direito público ou privado deverão encaminhar ao Departamento de Viação e Obras do Município, até o 10º dia do 3º mês de cada exercício, os eventuais planos de expansão de suas instalações, para que se compatibilizem os respectivos interesses quando da apresentação dos projetos específicos.

Artigo 12 – As entidades de direito público ou privado, que tenham equipamentos de sua propriedade já implantados, em caráter permanente nas vias públicas, espaço aéreo e subsolo no Município, fornecerão ao Departamento de Viação e Obras, cópia dos elementos cadastrais disponíveis, a fim de serem complementados os registros existente e organizados em banco de dados, para posterior expedição do Decreto de Permissão de Uso.

Parágrafo 1º - As entidades de direito público ou privado terão o prazo de 06 (seis) meses para cumprir o disposto neste artigo, contados a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo 2º - A prestação pecuniária mensal será devida pelas entidades de direito público ou privado que se enquadrem no “caput” deste artigo, a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo 3º - Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo 1º, sem que as entidades cumpram a determinação contida neste artigo, o valor mensal da prestação pecuniária será calculado em dobro.

Parágrafo 4º - Transcorrido 01 (um) ano da data da publicação desta Lei, em havendo descumprimento do estabelecido neste artigo, a entidade perderá o direito à aprovação de outro projeto.

Artigo 13 – A presente Lei não é aplicável no caso de uso de vias públicas, espaço aéreo e, subsolo do Município, por entidades de direito público do Município de Santa Cruz da Conceição.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 14 – Fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar parte dos débitos decorrentes das prestações pecuniárias relativas ao preço público criado por esta Lei, para compensar eventuais créditos da entidade interessada, resultantes de renúncia de receita amparada em Lei Municipal.

Artigo 15 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Viação e Obras Municipal, com a decisão final do Sr. Prefeito Municipal.

Artigo 16 – Esta Lei será regulamentada por Decreto no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Artigo 17 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Cruz da Conceição, 14 de Setembro de 2.001.


JAIR CAPODIFOGLIO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada com afixação nos lugares de costume nesta Prefeitura e arquivamento no Cartório de Registro Civil e Anexos local, na data supra.


Eunice A. Carvalho Baldin
Secretária da Prefeitura